



Fogo ameaça novamente o Pantanal

Tragédia de 2020 pode se repetir este ano se recomendações

não forem atendidas imediatamente

As organizações que compõem o *Observatorio Pantanal* vêm a público fazer um alerta: os incêndios verificados na região em 2020 podem se repetir ou até se intensificar neste ano de 2021 se não forem tomadas as providências necessárias, que vão desde campanhas de orientação para as comunidades pantaneiras, antecipação na contratação e mobilização do Prevfogo, formação e manutenção de brigadas e compra de equipamentos adequados até a identificação e punição dos responsáveis. Incêndios criminosos sem responsabilização também ocorreram em 2019, quando foram consumidos 18 mil km² só na porção brasileira do Pantanal. Ninguém foi

punido, apesar das cobranças às autoridades e das manifestações internacionais. A impunidade é um convite à perpetuação dessa prática.

Segundo vários depoimentos obtidos em audiências realizadas pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar e promover a estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros (CEXQUEI), a maior parte dos incêndios foi provocada intencionalmente.

Só no ano passado, o Pantanal perdeu para o fogo área semelhante à do estado do Rio de Janeiro – 38.600 km². O fogo consumiu desde campos naturais até florestas, em escala sem precedentes em todo o histórico de monitoramento do bioma. Foram mais de 22 mil focos de calor.

Os incêndios tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior. O Senado também formou uma Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no Bioma Pantanal, a CTEPANTANAL. Esta e a CEXQUEI, da Câmara dos Deputados, expediram, no fim de 2020, uma série de recomendações a diferentes órgãos de governo, do Judiciário, do Ministério Público e do próprio Legislativo, com o objetivo de apurar responsabilidades pelo ocorrido no ano passado e criar as condições para que a situação não se repita em 2021.

As duas comissões recomendaram a criação de brigadas de incêndio. O Senado ainda recomendou que as brigadas sejam permanentes e que se construam reservatórios de água em áreas estratégicas. A Câmara dos

Deputados recomendou que os brigadistas sejam contratados “em tempo hábil para que novas tragédias sejam evitadas”.

Também recomendou aos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Regional (MDR) a criação de um “programa de recuperação de nascentes, cabeceiras e demais áreas críticas da Bacia do Alto Paraguai (BAP)”.

Entre outras tantas recomendações, levadas ao Congresso Nacional por institutos de pesquisa, governos, universidades e organizações da sociedade civil, figuram ainda a suspensão de licenças para implantação de novas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) na Região Hidrográfica do Paraguai; a aquisição de equipamentos e aeronaves; treinamento de efetivo das Forças Armadas em técnicas de controle de incêndios florestais; a destinação de recursos orçamentários para a realização de pesquisas, pelas instituições oficiais, sobre prevenção de fogo, recuperação ambiental, recursos hídricos, serviços ecossistêmicos e temas afins no bioma Pantanal.

Nos últimos dois anos, a sociedade civil organizada tem atuado no apoio às ações desenvolvidas pelos governos estaduais na prevenção e combate ao fogo. Temos contribuído com informações, doação de equipamentos e estruturação de brigadas.

Não há, no entanto, até o momento, uma ação coordenada que reúna iniciativas necessárias por parte dos órgãos responsáveis. Falta um planejamento integrado de ações de prevenção, sensibilização e preparação frente

à temporada de fogo que se aproxima. Transparência e participação social são fundamentais para que a sociedade civil possa contribuir de forma efetiva para a conservação do Pantanal.

Por isso, vimos a público reafirmar a gravidade da situação que se aproxima e reivindicar do poder público que tome as providências necessárias para que se preserve a vida, a natureza e as pessoas do Pantanal.

Cópias desta carta foram enviadas a:

- Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
- Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL)
- Presidente da CEXQUEI, Professora Rosa Neide (PT-MT)
- Presidente da CTEPANTANAL, Wellington Fagundes (PL-MT)
- Procurador-Geral da República, Augusto Aras
- Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles
- Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho
- Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux
- Senador Nelsinho Trad

- Presidente do Ibama, Eduardo Bim
- Presidente do ICMBio, Fernando Cesar Lorencini
- Ministério das relações exteriores, Carlos Alberto França
- Comitê Estadual de Combate e Prevenção de fogo no MS, Fabio Santos Coelho Catarineli
- Polícia Federal, Diretor-Geral Rolando Alexandre de Souza
- Corpo de bombeiro do Estado de Mato Grosso do Sul, Comandante Geral Hudo Djan Leite
- Corpo de bombeiro Estado de Mato Grosso, Comandante Geral Coronel BM Alessandro Borges Ferreira
- Ministério Público Federal em MT, Procurador Chefe Gustavo Nogami
- Ministério Público Federal em MS, Procurador Chefe Silvio Pettengill Neto
- Ministério Público estadual em MS, Alexandre Magno Benites de Lacerda [*Procurador-Geral de Justiça*]
- Ministério Público estadual em MT, Luiz Alberto Esteves Scaloppe [*Procurador de Justiça*]
- Secretários de Estado de Meio Ambiente de MS - Jaime Elias Verruck
- Secretários de Estado de Meio Ambiente de MT - Sra. Mauren Lazzaretti